



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Protocolo e Arquivo, 10/03/08  
Data

10/03/08  
10/03/08  
10/03/08

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

03 ABR 2008

Protocolo 282/08

Processo 265/08

PROJETO DE LEI



AUTOR DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO PTC

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, na hipótese que especifica

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:**

Artigo 1º - Os estabelecimentos comerciais que venderem bebidas alcoólicas e cigarro às crianças e adolescentes em desrespeito ao que dispõe o artigo 81 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA - terão imediatamente canceladas as inscrições estadual no cadastro dos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Artigo 2º - A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS, implicará:

I - aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em comum ou separadamente, do estabelecimento penalizado;

a) o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

Parágrafo único. As restrições previstas nos incisos e alíneas prevalecerão pelo prazo de cinco anos, contados da data de cassação.

Artigo 3º - O Poder Executivo divulgará através do Diário Oficial do Estado de Rondônia a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ e endereços de funcionamento.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias e suplementadas, se necessário.

Artigo 5 - Esta lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI



AUTOR DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO PTC

Plenário das Deliberações 02 de Abril de 2008

DOUTOR ALEXANDRE BRITO  
DEPUTADO ESTADUAL PTC

**JUSTIFICATIVA**

Em 1989, 14% dos jovens brasileiros entre 10 e 18 anos ingeriam bebida alcoólica mais de seis vezes por mês; em 1996 esse percentual subiu para 19%. De 1989 a 1993, o número de jovens que fazia uso pesado do álcool (vinte vezes ou mais por mês) havia crescido 50%. No domingo, dia do auge etílico semanal no Brasil, cambaleiam pelo país de 12 a 15 milhões de bêbedos. Estima-se que 9% das mulheres e 15% dos homens no país sejam alcoólatras. O Dr. Luiz Carazzai, estudioso de dependências químicas, informa que mais da metade dos acidentes de trânsito no país estão relacionados ao consumo de álcool, causa também de 87% dos casos de agressão registrados nas delegacias.

*De acordo com a tese de doutorado da psiquiatra Magda Vaissman, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o alcoolismo é a terceira causa de aposentadoria por invalidez, na instituição. O álcool é responsável por metade dos internamentos em clínicas psiquiátricas.*

Em relação aos acidentes automobilísticos não é novidade que álcool e volante formam uma combinação fatal, mas os números impressionam. O Instituto Raid analisou o sangue de 1.114 vítimas de acidentes automobilísticos e verificou a presença do álcool em 61% dos casos. A maioria dos acidentes ocorreu em fins de semana. Entre vítimas de 13 e 17 anos - grupo que não deveria beber - 47,7% haviam consumido álcool.

O Estatuto da Criança e Adolescente determina que:

"Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:  
II - bebidas alcoólicas



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

25/11/2011

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI



AUTOR DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO PTC

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. "

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.